

CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR

DOCUMENTO EMITIDO PELA INTERNET

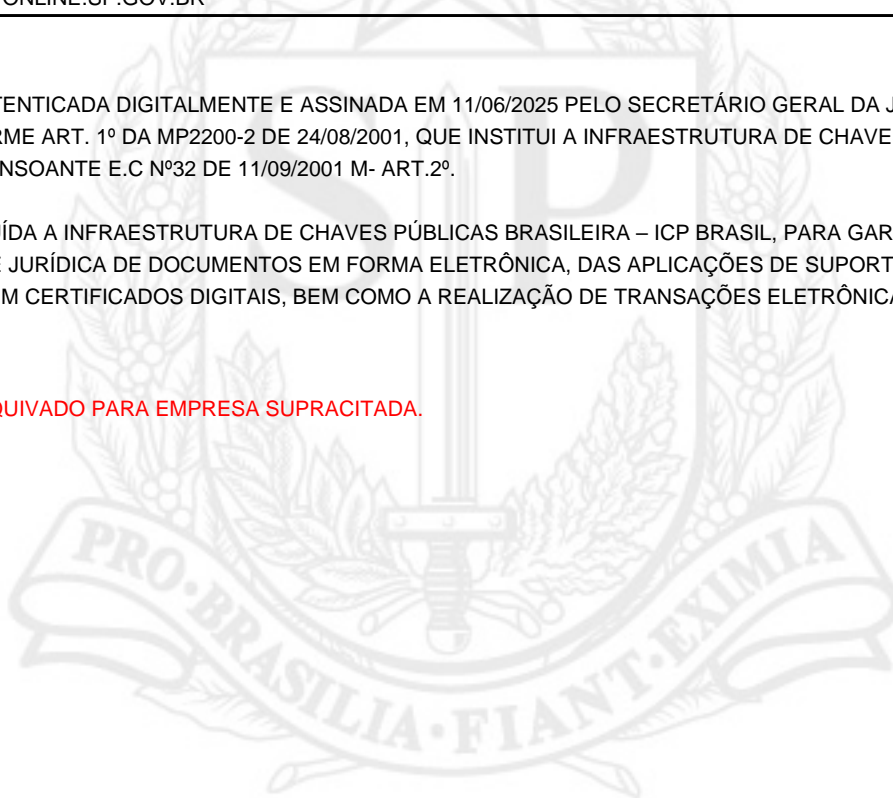
DADOS DA EMPRESA			
NOME EMPRESARIAL DEEP LEGAL TECNOLOGIA DE DADOS E INFORMACAO ESTRATEGICA S.A.		TIPO JURÍDICO SOCIEDADE POR AÇÕES	
NIRE 35300582098	CNPJ 31.607.433/0001-33	NÚMERO DO ARQUIVAMENTO 179.107/25-2	DATA DO ARQUIVAMENTO 04/06/2025

DADOS DA CERTIDÃO		
DATA DE EXPEDIÇÃO 11/06/2025	HORA DE EXPEDIÇÃO 19:24:50	CÓDIGO DE CONTROLE 269903753
A AUTENTICIDADE DO PRESENTE DOCUMENTO, BEM COMO O ARQUIVO NA FORMA ELETRÔNICA PODEM SER VERIFICADOS NO ENDEREÇO WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR		

ESTA CÓPIA FOI AUTENTICADA DIGITALMENTE E ASSINADA EM 11/06/2025 PELO SECRETÁRIO GERAL DA JUCESP – ALOIZIO EPIFANIO SOARES JUNIOR, CONFORME ART. 1º DA MP2200-2 DE 24/08/2001, QUE INSTITUI A INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRAS – ICP BRASIL, EM VIGOR CONSOANTE E.C Nº32 DE 11/09/2001 M- ART.2º.

ART 1º. FICA INSTITUÍDA A INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA – ICP BRASIL, PARA GARANTIR AUTENTICIDADE, INTEGRIDADE E VALIDADE JURÍDICA DE DOCUMENTOS EM FORMA ELETRÔNICA, DAS APLICAÇÕES DE SUPORTE E DAS APLICAÇÕES HABILITADAS QUE UTILIZEM CERTIFICADOS DIGITAIS, BEM COMO A REALIZAÇÃO DE TRANSAÇÕES ELETRÔNICAS SEGURAS.

ÚLTIMO DOCUMENTO ARQUIVADO PARA EMPRESA SUPRACITADA.





JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI
Secretaria de Desenvolvimento Econômico

04 06 25

ETIQUETA PROTOCOLO



JUCESP PROTOCOLO
2.139.961/25-0



CONTROLE INTERNET
034790777-6



CAPA DO REQUERIMENTO

DADOS CADASTRAIS

ATO Arquivamento de Ata;					
NOME EMPRESARIAL DEEP LEGAL TECNOLOGIA DE DADOS E INFORMAÇÃO ESTRATÉGICA S.A.			PORTE Normal		
LOGRADOURO Rua Sao Bento		NÚMERO 365	COMPLEMENTO 1 Andar		CEP 01011-100
MUNICÍPIO São Paulo	UF SP	TELEFONE	EMAIL		
NÚMERO EXIGÊNCIA (S) 0	CNPJ - SEDE 31.607.433/0001-33	NIRE - SEDE 3530058209-8			
IDENTIFICAÇÃO SIGNATÁRIO ASSINANTE REQUERIMENTO CAPA NOME: ANDRE TAVARES ANDRADE (Diretor)			VALORES RECOLHIDOS DARE: R\$ 562,70 DARF: R\$,00		SEQ. DOC. 1 / 1
ASSINATURA:			DATA: 13/05/2025		

DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, QUE AS INFORMAÇÕES CONSTANTES DO REQUERIMENTO/PROCESSO SÃO EXPRESSÃO DA VERDADE.

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (INCLUSIVE VERSO)

CARIMBO PROTOCOLO 	CARIMBO DISTRIBUIÇÃO	CARIMBO ANÁLISE
ANEXOS: <input type="checkbox"/> DBE <input type="checkbox"/> Procuração <input type="checkbox"/> Alvará Judicial <input type="checkbox"/> Formal de Partilha <input type="checkbox"/> Balanço Patrimonial <input checked="" type="checkbox"/> Outros <input checked="" type="checkbox"/> Documentos Pessoais <input type="checkbox"/> Laudo de Avaliação <input checked="" type="checkbox"/> Jornal <input type="checkbox"/> Protocolo / Justificação <input type="checkbox"/> Certidão	EXCLUSIVO SETOR DE ANÁLISE	ETIQUETAS DE REGISTRO + CARIMBO
OBSERVAÇÕES: 		



DOCUMENTOS NÃO RETIRADOS EM ATÉ 90 DIAS DA DISPONIBILIDADE SERÃO DESCARTADOS - ART.57, § 5º, DECRETO 1.800/96



Gerência de Guarda e Distribuição

- Verificação CNAE Comércio de Combustíveis
- Verificação de Ficha Cadastral
- Verificação de Apontamento na Ficha Cadastral
- MEI sem Cadastro
- MEI com Cadastro
- Realizar Pesquisa de Nome Empresarial
- Vide Protocolo

79



SECRETARIA DE ECONOMIA
E FINANÇAS
JUCESP
Junta Comercial do Estado de São Paulo
Rua do Comércio, 175 - Liberdade - São Paulo - SP



ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA,
REALIZADA EM 02 DE MAIO DE 2025

P - 412

CHE 10

MAY 2025

PROTOCOLO

Data, Hora e Local: Aos 02 (dois) dias do mês de maio de 2025, às 08h, na sede da Deep Legal Tecnologia de Dados e Informação Estratégica S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 31.607.433/0001-33, localizada em São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Luiz Seráfico Junior, 511, conjunto 51, Jardim Caravelas, CEP 04729-080 ("Companhia").

Presença: Acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinatura constante do Livro de Presença de Acionistas da Companhia.

Composição da Mesa: Assumiu os trabalhos na condição de Presidente da Mesa o Sr. Fernando Ribeiro, que indicou como Secretário da Mesa o Sr. André Tavares Andrade.

Convocação: Dispensada a publicação dos Editais de Convocação, na forma do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404/76, tendo em vista o comparecimento dos acionistas representando a totalidade do capital social.

Ordem do Dia: Deliberar, examinar e votar acerca: (i) do Relatório da Administração, das contas da Diretoria e das Demonstrações Financeiras, todos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; e (ii) da destinação do lucro do exercício de 2024.

Deliberações: Instalada a Assembleia, após a apreciação das matérias constantes da ordem do dia, deliberou-se, por unanimidade:

- (i) Pela aprovação, sem ressalvas, do Relatório da Administração, das contas da Diretoria e das Demonstrações Financeiras, todos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; e
- (ii) Em razão dos resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, não serão distribuídos dividendos.

Publicações e Arquivamento: Em consonância com o art. 133, §4º, da Lei nº 6.404/76, as Demonstrações Financeiras e demais documentos que lhes são pertinentes foram publicados e disponibilizados, em 30 de abril de 2025, na Central de Balanços do Sistema Público de Escrituração Digital ("SPED"), sendo de inteiro conhecimento dos acionistas da Companhia, restando dispensados os prazos previstos neste mesmo artigo. Foi deliberado o arquivamento desta ata perante a Junta Comercial, para os devidos fins legais. Por fim, os Diretores da Companhia ficam autorizados a adotar todas as providências legais e regulamentares para concretizar as deliberações formalizadas nesta ata.

Encerramento: Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente deu por encerrada a Assembleia, da qual se lavrou a presente ata, na forma de sumário, conforme autoriza o artigo 130, §1º, da Lei nº 6.404/76, que, lida e achada conforme, foi por todos assinada.

Assinaturas: Mesa: Sr. Fernando Ribeiro - Presidente; e Sr. André Tavares Andrade - Secretário. Acionistas: Softplan Planejamento e Sistemas S/A; Raul de Azevedo Figueiredo Filho; e Ricardo Rezende de Deus Barbosa.

São Paulo/SP, 02 de maio de 2025.

DEEP LEGAL TECNOLOGIA DE DADOS E INFORMAÇÃO ESTRATÉGICA S.A.

CNPJ/ME nº 31.607.433/0001-33

NIRE 35300.582.098

Mesa:

fernando.ribeiro@softplan.com.br

Assinado
Fernando Ribeiro
D4Sign

Fernando Ribeiro
Presidente da Mesa

andre.tavares@softplan.com.br

Assinado
D4Sign

André Tavares Andrade
Secretário da Mesa

Acionistas:

andre.tavares@softplan.com.br eduardo.smith@softplan.com.br

Assinado Assinado
D4Sign D4Sign

Softplan Planejamento e Sistemas S/A

p. André Tavares Andrade e Eduardo Magnus Smith

raul.filho@softplan.com.br

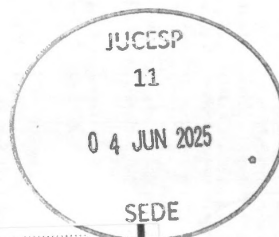
Assinado
Raul Figueiredo
D4Sign

Raul de Azevedo Figueiredo Filho

ricardo.barbosa@softplan.com.br

Assinado
Ricardo Rezende Barbosa
D4Sign

Ricardo Rezende de Deus Barbosa



D4Sign 007e9633-bfff-43c2-830c-7575fa6852de - Para confirmar as assinaturas acesse <https://secure.d4sign.com.br/verificar>
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.



Certifico o registro sob o nº 179.107/25-2 em 04/06/2025 da empresa DEEP LEGAL TECNOLOGIA DE DADOS E INFORMACAO ESTRATEGICA S.A., NIRE nº 35300582098, protocolado sob o nº 2139961250. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/06/2025 por ALOIZIO EPIFANIO SOARES JUNIOR – Secretário Geral. Autenticação: 269903753. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

9230UC
25 20 40

The image shows two overlapping registration certificates from JUCESP. Each certificate features a circular stamp with 'JUCESP 11' and the date '04 JUN 2025'. The certificates include a barcode with the number '179-107/25-2' and the text 'SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - JUCESP'. A signature of ALOIZIO EPIFANIO SOARES JUNIOR is visible on both documents.

JUCESP
Declaração de Autenticidade

Eu, **Luis Guilherme de Souza Silva**, com inscrição ativa na OAB/SP nº 316.225, expedida em 02/03/2012, inscrito no CPF/ME nº 355.147.028-63, DECLARO, sob as penas da lei e sem prejuízo de quaisquer sanções administrativas, que os documentos abaixo e ora apresentados para registro são autênticos e condizem com os originais.

- 1 via da OAB/SP nº 316.225 de Luis Guilherme de Souza Silva, contendo 01 folha;
- 1 via da capa do requerimento, contendo 01 folha;
- 1 via Ata de Assembleia Geral Ordinária realizada em 02/05/2025 da sociedade DEEP LEGAL TECNOLOGIA DE DADOS E INFORMAÇÃO ESTRATÉGICA S.A., contendo 02 folhas;
- 1 via da Declaração de Receita Anual Bruta., contendo 01 folha;
- 1 via da Publicação via Central de Balanços (COM CONTEÚDO)., contendo 22 folhas.

São Paulo, 29 de maio de 2025.



Luis Guilherme de Souza Silva
OAB/SP nº 316.225



MINISTÉRIO DO EMPREENDEDORISMO, DA MICROEMPRESA E DA EMPRESA DE
PEQUENO PORTE
Secretaria Nacional de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte
Diretoria Nacional de Registro Empresarial e Integração



MODELO IV

(INTEGRA O ANEXO V DO MANUAL DE REGISTRO DE SOCIEDADES ANÔNIMAS - NOTAS -ITEM 17.1)

DECLARAÇÃO DE PREENCHIMENTO DE REQUISITOS PARA PUBLICAÇÃO NA CENTRAL DE BALANÇOS - CB DO SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – SPED

Pelo presente instrumento eletrônico, os abaixo qualificados:

I – André Tavares Andrade, brasileiro, casado, administrador, inscrito no CPF sob o nº 776.948.133-34, representante legal da sociedade DEEP LEGAL TECNOLOGIA DE DADOS E INFORMAÇÃO ESTRATÉGICA S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 31.607.433/0001-33, com sede à Rua São Bento, n 365, Andar 1, Bairro Centro, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 01.011-903, conforme poderes atribuídos pelo contrato ou estatuto social;

DECLARAM, sob as penas da lei, para fins de utilização da Central de Balanços – CB do Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, **em cumprimento ao subitem Notas do item 17.1, d Manual de Registro de Sociedade Anônima, Anexo V da IN/DREI n. 81/2020**, que:


1. As informações constantes das demonstrações contábeis transmitidas à Central de Balanços são verdadeiras, completas, atuais e refletem com fidelidade a situação patrimonial, financeira e econômica da companhia.
2. A companhia enquadra-se, no exercício social de referência, conforme sua natureza jurídica, no seguinte critério: Sociedade Anônima de capital fechado: receita bruta inferior a R\$ 78.000.000,00 (setenta e oito milhões de reais).
3. Autorizam expressamente o cruzamento e validação dos dados constantes das demonstrações contábeis com as bases da Receita Federal do Brasil, das Juntas Comerciais, da Comissão de Valores Mobiliários (quando aplicável), bem como de quaisquer outros órgãos públicos de fiscalização e controle.
4. Reconhecem que a falsidade de qualquer das informações declaradas poderá ensejar responsabilização civil, administrativa e penal dos signatários, nos termos da legislação vigente, incluindo os artigos 299 e 304 do Código Penal Brasileiro, além das sanções previstas nas normas societárias, contábeis e tributárias

Esta Declaração será assinada eletronicamente, com **validade jurídica plena**, por meio de qualquer plataforma de assinatura eletrônica **legalmente reconhecida no Brasil**, como o **Portal Gov.br** (contas com **selo prata ou ouro**, com validação garantida pelo governo federal), ou pelos **portais de**

assinatura eletrônica das Autoridades Certificadoras (AR) credenciadas pela ICP-Brasil, utilizando certificados digitais emitidos conforme os requisitos legais, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2/2001, do Decreto nº 10.543/2020, da Lei nº 14.063/2020 e demais dispositivos aplicáveis.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas acima, firmam eletronicamente a presente Declaração, para que produza todos os seus efeitos legais.

São Paulo, 16 de maio de 2025.

Assinado por:


00B009CC6A74C1
ANDRÉ TAVARES ANDRADE
776.948.133-34
Diretor

Este modelo foi elaborado e aprovado pelo Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração - DREI em 06/05/2025, nos termos do Ofício-Circular n. 184 (Processo SEI nº 16100.001330/2025-91), e constitui documento obrigatório para a declaração de receita bruta nos termos do item 17.1 do Manual de Registro de Sociedade Anônima - ANEXO V da IN/DREI n. 81/2020.



Documento assinado eletronicamente por **Flavia Regina Britto Gonçalves, Diretor(a)**, em 06/05/2025, às 18:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://colaboragov.sei.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **50151601** e o código CRC **E8FF993C**.

Referência: Processo nº 16100.001330/2025-91.

SEI nº 50151601



04 06 25

CNPJ 31.607.433/0001-33 Razão Social DEEP LEGAL TECNOLOGIA DE DADOS E INFORMACAO ESTRATEGICA S.A. Data de Publicação 30/04/2025 19:28:45 Hash de Publicação A94379C15590C561884EB26AB44609C6D65DBEFC

Demonstrações Contábeis Completas (DCC)

<u>Data de Início</u>	<u>Data de Fim</u>	<u>Consolidada</u>	<u>Origem</u>
01/01/2024	31/12/2024	Não	Participante-Upload

Título
Demonstrações financeiras 2024

Descrição
Demonstrações financeiras 2024

Anexos

<u>Tipo de Anexo</u>	<u>Título</u>	<u>Descrição</u>
----------------------	---------------	------------------

Nome **JUCESP**

CPF/CNPJ

Data Publicação

Perfil

Tipo de Acesso

DEEP LEGAL TECNOLOGIA DE DADOS E INFORMACAO ESTRA:31607433000133

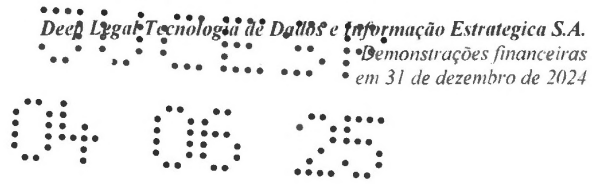
31.607.433/0001-33

30/04/2025 19:28:45

Participante

Certificado Digital

04 06 25



DEEP LEGAL TECNOLOGIA DE DADOS E INFORMACAO ESTRATEGICA S.A.

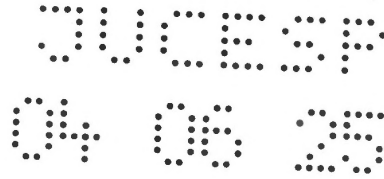
**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024**

Conteúdo

Balancos patrimoniais	4
Demonstrações do resultado	5
Demonstrações do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto	8
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	9
1. Contexto operacional.....	9
2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras	9
2.1 Declaração de conformidade.....	9
2.2 Base de preparação e apresentação.....	9
2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação.....	9
2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas.....	9
3. Principais políticas contábeis	10
3.1 Instrumentos financeiros.....	10
3.2 Imobilizado	11
3.3 Redução ao valor recuperável (<i>Impairment</i>).....	11
3.4 Caixa e equivalentes de caixa	12
3.5 Provisão para contingências.....	12
3.6 Impostos.....	12
3.7 Demonstração dos fluxos de caixa.....	14
3.8 Receita operacional.....	14
3.9 Arrendamentos.....	15
3.10 Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor	15
3.11 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros	16
4. Caixa e equivalentes de Caixa e aplicações financeiras.....	17



5.	Contas a receber clientes	18
5.1	Composição do saldo de contas a receber por idade de vencimento	18
6.	Impostos a recuperar	18
7.	Outros créditos	18
8.	Imobilizado.....	18
9.	Obrigações e provisões trabalhistas	18
10.	Obrigações tributárias	19
11.	Empréstimos e Financiamentos.....	19
12.	Patrimônio líquido.....	19
12.1	Capital Social.....	19
12.2	Distribuição de lucros.....	19
13.	Receita de contratos com clientes	19
14.	Custos dos serviços prestados	20
15.	Despesas operacionais.....	20
16.	Resultado financeiro.....	20



Deep Legal Tecnologia de Dados e Informação Estratégica S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024

Balancos patrimoniais Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)

Ativo	Nota	2024	2023	Passivo	Nota	2024	2023
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras	4	524.899	705.379	Fornecedores		75.566	269.635
Contas a receber de clientes	5	769.901	563.275	Obrigações e provisões trabalhistas	9	237.862	42.510
Impostos a recuperar	6	8.185	4.011	Obrigações tributárias	10	57.167	66.064
Outros créditos	7	49.459	321.420	Total do passivo circulante		370.595	378.209
Total do ativo circulante		1.352.444	1.594.085	Empréstimos e financiamentos	11	837.421	-
Imobilizado	8	15.240	20.488	Total do passivo não circulante		837.421	-
Total do ativo não circulante		15.240	20.488	Patrimônio Líquido	12		
Total do ativo		1.367.684	1.614.573	Capital social		548.070	548.070
				AFAC		-	550.000
				Prejuízos acumulados		(388.402)	-
				Reservas de Lucro		-	138.294
				Total do patrimônio líquido		159.668	1.236.364
				Total do passivo e patrimônio líquido		1.367.684	1.614.573

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em Reais)

	Nota	2024	2023
Receita de contratos com clientes	13	3.987.643	3.753.571
Custo dos serviços prestados	14	(14.669)	-
Lucro bruto		3.972.974	3.753.571
Despesas gerais e administrativas	15	(3.609.688)	(3.465.916)
Outras despesas operacionais		(322.972)	(2.479)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		40.314	285.176
Receitas financeiras	16	24.242	19.360
Despesas financeiras	16	(40.609)	(28.214)
Lucro/Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		23.947	276.322
Imposto de renda e contribuição social		(72.261)	(54.463)
Resultado do exercício		(48.314)	221.859

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em Reais)

	2024	2023
Resultado do exercício	<u>(48.314)</u>	<u>221.859</u>
Resultado abrangente total	<u>(48.314)</u>	<u>221.859</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em Reais)

	Reservas					Total
	Capital social	AFAC	Lucros	Legal	Prejuízos acumulados	
Em 31 de dezembro de 2022	548.070	550.000	-		(83.565)	1.014.505
Resultado do exercício	-	-	221.859	-	-	221.859
Absorção de prejuízos	-	-	(83.565)	-	83.565	-
Em 31 de dezembro de 2023	548.070	550.000	138.294	-	-	1.236.364
Redução de AFAC	-	(550.000)				(550.000)
Ajustes de Exercícios Anter	-	-	-	-	(478.382)	(478.382)
Absorção de Lucros	-	-	(138.294)	-	138.294	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	(48.314)	(48.314)
Em 31 de dezembro de 2024	548.070	-	-	-	(388.402)	159.668

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em Reais)

	2024	2023
Fluxo de caixa proveniente das operações		
Resultado do exercício	(48.314)	
Ajustes para:		
Depreciação	5.248	
Ajustes de exercícios anteriores	(478.382)	
Imposto de renda e contribuição social	72.261	
	(449.187)	
Redução (aumento) nos ativos:		
Contas a receber de clientes	(206.626)	
Impostos a recuperar	(4.174)	
Outros créditos	271.961	
	61.161	
Aumento (redução) nos passivos:		
Fornecedores	(194.069)	
Obrigações e provisões trabalhistas	195.352	
Obrigações tributárias	(30.534)	
Outras obrigações	-	
	(29.251)	
Recursos provenientes das (usados nas) atividades operacionais	(417.277)	
Imposto de renda e contribuição social pagos	(50.624)	
Recursos líquidos provenientes das (usados nas) atividades operacionais	(467.901)	
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de financiamentos		
Empréstimos com partes relacionadas	837.421	
Redução de AFAC	(550.000)	
Recursos líquidos usados nas atividades de financiamentos	287.421	
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(180.480)	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	705.379	
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	524.899	
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(180.480)	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Deep Legal Tecnologia de Dados e Informação Estratégica S.A. é uma companhia de sociedade anônima de capital fechado, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 31.607.433/0001-33, com sede na Rua São Bento, 365, 1º Andar, Centro, São Paulo - SP, CEP 01011-903, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE n.35300582098.

A Companhia tem como objeto social: (i) Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis ;(ii) Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis; (iii) atividades auxiliares da justiça; e (iv) Consultoria em tecnologia da informação.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas completas de contabilidade adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão evidenciadas, e que correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A autorização para conclusão da preparação desta demonstração financeira ocorreu na reunião de diretoria realizada em 26 de março de 2025.

2.2 Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam informações comparativas em relação ao período anterior.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia.

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores a mensuração e reconhecimento de certos ativos, passivos, receitas e despesas na data base das demonstrações financeiras. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

A determinação dessas estimativas críticas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens sujeitos a estimativas significativas incluem:

- (i) A análise de recuperação dos valores e determinação da vida útil dos ativos imobilizados;

- (ii) As estimativas de valor justo de instrumentos financeiros ativos e passivos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente.

3. Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. As políticas foram aplicadas em consistência com todos os exercícios apresentados, a menos que declarado o contrário.

3.1 Instrumentos financeiros

A Companhia reconhece seus ativos e passivos financeiros pelo valor justo no reconhecimento inicial, com exceção do contas a receber que mensura ao preço de transação, e subsequente mensura ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base no modelo de negócio para gestão de seus ativos e nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

A Companhia classifica seus ativos financeiros de acordo com modelo de negócio para gestão dos seus ativos financeiros, conforme alterações introduzidas pelo CPC 48, mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado da seguinte forma:

(i) **Ativos e passivos financeiros ao custo amortizado**

Representam ativos e passivos financeiros cujo modelo de negócio da Companhia é manter os ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e que, constituam exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Nesta categoria a Empresa classifica, principalmente, “Contas a receber de clientes e demais contas a receber” e “Caixa e equivalentes de caixa”, além de “fornecedores e outras contas a pagar.

(ii) **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado**

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

(iii) **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado**

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

(iv) **Outros passivos financeiros**

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

3.2 Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Companhia.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Móveis e utensílios	10 anos
Computadores e periféricos e aparelhos telefônicos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

3.3 Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Provisão de perdas no recebimento de créditos

A política de constituição de provisão de perdas no recebimento de créditos, consiste em reconhecer os títulos vencidos acima de 90 dias para os clientes da iniciativa privada. Para os clientes da área pública, adota-se como critério para o reconhecimento da provisão, os títulos vencidos acima de 180 dias, adotando ainda o efeito vagão. A administração efetua a análise individual da carteira de contas a receber para verificar se não existe nenhuma exceção a premissa inicial, seja para constituição de provisão ou reversão.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

3.4 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos em caixa, contas correntes bancárias e aplicações financeiras utilizadas na atividade operacional, não sujeitas a risco de mudança significativa de valores e prontamente conversíveis em montante de caixa, no período inferior a 90 dias.

3.5 Provisão para contingências

Provisões são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável do valor da obrigação possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em consideração alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.6 Impostos

(i) Imposto de renda e contribuição social - correntes

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido, na companhia é apurado com base no lucro real.

- **Lucro Real:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro

tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício, quando aplicável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. Ambos reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(iii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

- Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.
- Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas e serviços prestados, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que os impostos sobre vendas são reconhecidos como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos impostos sobre vendas e serviços prestados.

O valor líquido dos impostos sobre vendas e serviços prestados, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas e prestação de serviços das operações realizadas no Brasil estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Impostos e Contribuições	Alíquota
PIS Programa de Integração Social	0,65%
COFINS Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	3,00%
ISSQN Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	2,00%
CPRB Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta	4,50%

3.7 Demonstração dos fluxos de caixa

Preparada pelo método indireto, de acordo com as normas e procedimentos do CPC 03 R2. Os juros pagos e recebidos são classificados como atividades de financiamento ou investimento, em função do evento gerador.

3.8 Receita operacional

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, cancelamentos e impostos sobre as vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Receita de contratos com clientes – Receita recorrente

A receita de software recorrente compreende: (i) assinatura de software, na qual os clientes possuem acesso ao software em sua versão mais recente; (ii) manutenção, suporte técnico e evolução tecnológica; e (iii) serviços, incluindo computação em nuvem e suporte ao cliente.

A receita recorrente é reconhecida no resultado mensalmente ao longo do tempo, à medida que os serviços são prestados, a partir da data em que os serviços e software são disponibilizados ao cliente e todos os demais critérios de reconhecimento são atendidos.

Receita de contratos com clientes – Receita não recorrente

A receita de software não recorrente compreende: (i) licenciamento, que transferem ao cliente o direito de uso do software por tempo indeterminados; e (ii) serviços de implantação e customização de softwares, serviços de consultoria e treinamento.

- (i) Serviço de licenciamento é reconhecido quando todos os riscos e benefícios inerentes a licença são transferidos ao comprador mediante a disponibilização do software e o valor pode ser mensurado de forma confiável, bem como seja provável que os benefícios econômicos serão gerados em favor da Empresa.
- (ii) As receitas de serviços de implementação e customização representam obrigação de desempenho distinta dos outros serviços e são faturadas separadamente e reconhecidas ao longo do tempo à medida que os custos são incorridos em relação ao total de custos esperados, realizados conforme cronograma de execução e quando há expectativa de recebimento do cliente. Receitas faturadas que não atingem os critérios de reconhecimento, não compõem os saldos das respectivas contas de receita e contas a receber. As receitas de serviços de consultoria e treinamento são reconhecidas quando os serviços são prestados.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que

desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

3.9 Arrendamentos

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

3.10 Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. O Grupo não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

a. IFRS 18 – Apresentação e divulgação das demonstrações contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

b. Outras normas contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do grupo:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

3.11 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas.

O Grupo apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

a. Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros.

Os valores contábeis dos principais ativos e passivos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras estão demonstrados a seguir:

	2024	2023
Ativos Financeiros		
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras	524.899	705.379
Contas a receber de clientes	769.901	563.275
Passivos Financeiros		
Fornecedores	(75.566)	(269.635)
	<u>1.219.234</u>	<u>999.019</u>

b. Risco de liquidez

Decorre da possibilidade de redução dos recursos destinados para pagamentos de dívidas.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Adicionalmente, a Companhia mantém saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa.

A Companhia investe o excesso de caixa em ativos financeiros com incidência de juros (nota explicativa 4) escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem de segurança conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

c. Risco de mercado

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos serviços prestados pela Companhia os quais podem provocar alterações nas receitas da Companhia. Para mitigar esses riscos a Companhia monitora permanentemente essas oscilações.

d. Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

e. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Sociedade e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e/ou danos à reputação da Companhia.

A responsabilidade primaz para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta Administração.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas e se aproximam de seu valor justo. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Aplicações financeiras** – Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI.
- **Contas a receber, outros créditos, fornecedores e outras contas a pagar** – Decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável.

f. Gestão de capital

A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade do retorno aos seus acionistas e beneficiar às demais partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para investir em seu crescimento. Para gestão do capital, a administração efetua o acompanhamento dos seguintes indicadores:

- Grau de endividamento
- Capital circulante líquido e índice de liquidez corrente
- Avaliação das disponibilidades de caixa no curtíssimo prazo

4. Caixa e equivalentes de Caixa e aplicações financeiras

	2024	2023
Contas correntes	218.721	1.912
Aplicações financeiras	306.178	703.467
	524.899	705.379

Caixa e Equivalentes de Caixa corresponde a recursos de livre movimentação ou de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa sem riscos de mudança significativa de valor, com vencimento de até 3 meses e com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

Os valores de caixa e equivalentes de caixa estão livres de restrição em relação a operações de crédito.

5. Contas a receber clientes

	2024	2023
Clientes nacionais	769.901	563.275
(-) Perda esperada com créditos	-	-
	769.901	563.275

As contas a receber de clientes são reconhecidos pelo valor nominal e deduzidos da estimativa de perdas esperadas, a qual é constituída utilizando o histórico de perdas por faixa de vencimento, sendo considerada suficiente pelo Grupo para cobrir eventuais perdas.

5.1 Composição do saldo de contas a receber por idade de vencimento

	2024	2023
A vencer – Até 1 ano	769.901	563.275
	769.901	563.275

6. Impostos a recuperar

	2024	2023
IRRF a recuperar	1.134	714
CSLL a recuperar	391	391
PIS a recuperar	508	508
Cofins a recuperar	2.434	2.345
ISS a recuperar	53	53
INSS a recuperar	3.665	-
	8.185	4.011

7. Outros créditos

	2024	2023
Adiantamentos a fornecedores	49.459	317.800
Adiantamentos a colaboradores	-	3.620
	49.459	321.420

8. Imobilizado

	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Total
Taxa média anual de depreciação	20%	10%	
Saldo líquido de 31 de dezembro de 2023	19.351	1.137	20.488
Depreciação	(5.118)	(130)	(5.248)
Saldo líquido de 31 de dezembro de 2024	14.233	1.007	15.240

9. Obrigações e provisões trabalhistas

	2024	2023
Salários a pagar	60.835	7.096
INSS a recolher	34.075	13.740
FGTS a recolher	16.031	3.134

Pró-labore a pagar	21.300	-
Provisão de férias	82.763	14.736
IRRF a pagar S/Folha	22.858	3.804
	<u>237.862</u>	<u>42.510</u>

10. Obrigações tributárias

	2024	2023
ISS a recolher	10.001	10.673
PIS a recolher	3.068	2.392
COFINS a recolher	14.188	27.666
Provisão imposto de renda	18.989	3.442
Provisão contribuição social	9.044	2.954
IRRF a recolher (PJ)	452	4.348
Outras obrigações tributárias	1.425	14.589
	<u>57.167</u>	<u>66.064</u>

11. Empréstimos e Financiamentos

	2024	2023
Mútuo sócio acionista	37.421	37.421
Mútuo – Volkswagen Participações Ltda	800.000	800.000
	<u>837.421</u>	<u>837.421</u>

12. Patrimônio líquido

12.1 Capital Social

Em 31 de dezembro de 2024, o Capital Social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 548.070 (quinhentos e quarenta e oito mil e setenta reais).

12.2 Distribuição de lucros

O estatuto social da Companhia determina que os lucros auferidos devem ser distribuídos aos acionistas proporcionalmente a quantidade de suas ações.

A Companhia poderá distribuir 25% dos lucros após a compensação de prejuízos acumulados, constituição da reserva legal e outras destinações previstas em seu estatuto.

Em 2024 e 2023 não houve distribuições de lucros em função da Companhia apresentar prejuízos acumulados.

13. Receita de contratos com clientes

	2024	2023
Receita Bruta	4.289.767	4.016.913
Deduções da receita	(302.124)	(263.342)

Receita de contratos com clientes líquida	3.987.643	3.753.571
--	------------------	------------------

	2024	2023
(-) ISS S/ Faturamento	(110.458)	(116.489)
(-) PIS S/Faturamento	(27.808)	(26.152)
(-) COFINS S/ Faturamento	(128.344)	(120.701)
(-) Devoluções e estornos	(35.514)	-
Deduções da receita	(302.124)	(263.342)

14. Custos dos serviços prestados

	2024	2023
Comissão de venda equipe	(14.669)	-
Total	(14.669)	-

15. Despesas operacionais

	2024	2023
Despesas gerais e administrativas		
Despesas com pessoal	(1.106.573)	(296.508)
Despesas com instalações físicas	(580.520)	(9.100)
Despesas de TI e comunicação	(562.600)	(945.720)
Despesas com viagens	(5.912)	(37.290)
Serviços de terceiros PJ	(873.947)	(2.104.466)
Outras despesas administrativas	(474.888)	(68.866)
Depreciações	(5.248)	(3.966)
Total	(3.609.688)	(3.465.916)

16. Resultado financeiro

	2024	2023
Rendimentos de aplicação financeira	21.935	17.783
Juros ativos	2.307	1.577
Receitas financeiras	24.242	19.360
Despesas com tarifas bancárias	(4.410)	(2.698)
Juros/Multas	(11.710)	(14.482)
IOF	(12.840)	(10.464)
Descontos concedidos	(861)	(529)
Juros passivos	(10.788)	(41)
Despesas financeiras	(40.609)	(28.214)
Resultado financeiro líquido	(16.367)	(8.854)